

**ATA - REUNIÃO CONJUNTA – CÂMARA SETORIAL DE COLETES
CÂMARA SETORIAL DE COMPOSTOS**

**CSCL-015/2005
CBOP-013/2005**

Data: 04/08/2005

Presentes:

1. ARMOR – Ronaldo M. Reina
2. G5 Equipamentos - Sr Affonso Giaffone
3. HONEYWELL – Sr Antonio Buriola
4. INBRA – Sr. Ricardo Venturini – (Presidente da Câmara de Coletes)
5. RONTAN – Sr. Carlos Alberto da Costa
6. TEIJIN TWARON – Sr Edson Guarda (Presidente da Câmara de Compostos)

Ausentes:

1. BLINTEC – Sr. Rafael Brandalise
2. COMTEC – Sr Christian Conde
3. DU PONT – Sr Ricardo Leonel Vieira
4. GLÁGIO – Sr. Paulo Francisco da Assunção
5. RONTAN – Srta. Daniela Bolzan
6. STOPOWER – Sr. Paulo Roberto Maia Cortes
7. TAURUS – Sr. Rogério J. Rigon
8. TEADIT – Sr José R. Rodrigues
9. WKR – Sr Peter Franco Wainberg

1. ABERTURA DA REUNIÃO

a. Foi feita a abertura da reunião pelo Presidente da Câmara de Coletes.

b. Os integrantes das Câmaras consideraram aprovada a Ata da Reunião anterior (01-06-05), que tinha sido remetida por “e-mail” para conhecimento de todos.

2. ASSUNTOS GERAIS

a. Selo Membership.

1) Foram feitos comentários sobre os Selos Membership entregues no último dia 19/07/2005.

2) O Secretário Executivo da ABRABLIN informou que a Diretoria Plena decidiu, em sua reunião de 27/07 p. passado que, a partir desta data, deveria ser considerado um componente subjetivo para a concessão do Selo Membership. Isto porque pode ocorrer que uma determinada empresa, apesar de estar com toda a documentação em perfeita ordem, apresente comportamento, dentro do mercado de proteção blindada, que deixe a desejar quanto a sua honradez, respeitabilidade, compostura ou desempenho ético. Ficou determinado, portanto, que o Comitê de Ética se reuniria, quando necessário, para analisar os casos que assim exigissem.

3) Informou, ainda, que a entrega do Selo Membership, relativo ao 1º Semestre de 2006, deverá ser feita no início do próximo mês de dezembro.

b. Relacionamento com a DFPC.

1) Foi informado que, em consequência do interesse e do bom trabalho que vem sendo realizado pelo Exército, foi bastante reduzido o tempo para o fornecimento dos Certificados de Registro de Blindagem de Veículos (carteirinhas) e, conseqüentemente das autorizações para blindagem de veículos. Este trabalho ainda continua centralizado em Brasília, mas espera-se para breve que as carteirinhas sejam emitidas pelas Regiões Militares.

2) Foram atualizadas as informações sobre o processo da ABRABLIN se tornar de fato um efetivo órgão auxiliar do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados. Foi apresentado o documento recebido da DFPC, bem como nossa resposta a tal documento. Foi acertado ainda que, se o Exército não se manifestar sobre nossa resposta, o Gen Pacheco solicitará esta manifestação, em sua próxima ida a Brasília na semana de 08 a 12 de Agosto de 2005.

3) Foi levado ao conhecimento dos integrantes das Câmaras de Coletes e de Compostos que a ABRABLIN estabelecerá contato com a DFPC para verificar a possibilidade dela – além de conferir os documentos, das empresas associadas – poder preparar, caso tudo esteja correto, as autorizações e carteirinhas correspondentes, deixando para o SFPC/2 somente a ação de assinar (validar) as mesmas. Isto porque estamos certos de que, se este procedimento for aceito pelo Exército, ele trará muita agilidade aos processos de interesse dos nossos associados.

c. Atualização da Portaria Nr. 013 – DLog (NORBLIND).

1) Foi apresentada e comentada, com os integrantes das Câmaras, a proposta da ABRABLIN para uma Instrução Técnico-Administrativa (ITA) para solicitação de autorização de blindagem para Veículos 0 (Zero) KM, sem pretendente comprador ainda determinado. Nesta oportunidade, foi comentado que a DFPC informou que a sugestão da ABRABLIN atendia a 99% de suas expectativas e que provavelmente seria feita uma nova portaria para substituir a Portaria Nr. 013, de 19 Ago 2002 (NORBLIND).

2) Do mesmo modo, foi apresentada e comentada também, a proposta que a ABRABLIN ofereceu à DFPC de uma ITA, para procedimentos envolvendo veículos sinistrados e roubados ou furtados.

d. Andamento do programa de ampliação do quadro associativo.

1) Foram atualizados os conhecimentos dos integrantes das Câmaras de Coletes e de Compostos sobre o assunto. Principalmente quanto às metas fixadas e dificuldades encontradas. Foram também apresentados os dados dos relatórios mais recentes sobre o assunto.

2) Foram feitos comentários sobre as novas empresas associadas. Principalmente sobre seus principais problemas. Foram destacadas, pela importância, as dificuldades e falhas encontradas com as empresas associadas sediadas no Rio de Janeiro.

e. Comentários sobre a possível unificação das duas associações.

1) Foi informado que a Diretoria Plena em reunião realizada no último dia 28/07, após discutir o assunto, decidiu que a ABRABLIN deveria fazer uma carta convidando os integrantes da ANDB para uma reunião, a fim de resolver definitivamente este assunto. O Secretário Executivo já está tomando as providências necessárias para concretização desta decisão.

f. Cursos e outras atividades da Abrablin.

1) Foi informado que já está acertado com a PORTO SEGURO SEGUROS que o curso de seu interesse deverá ter início em outubro. Foi inclusive apresentada a solicitação da mencionada Seguradora.

2) Foi dado conhecimento que a nova associada, Blindagem Brasil, solicitou um curso sobre blindagem e que o mesmo está em fase de definição de objetivos. Foi informado que estamos pensando em publicar nos classificados de um jornal de boa penetração a existência destes cursos.

3) Foi informado também que, após discussão do assunto, a Diretoria Plena decidiu que o encarregado de tais cursos deveria fazer uma apresentação para os integrantes da Diretoria, para que o mesmo fosse aprovado e expressasse o real posicionamento da ABRABLIN sobre os tópicos que seriam abordados. O Secretário Executivo está tomando as providências necessárias para a realização de tal apresentação.

4) Foi levado ao conhecimento das Câmaras que está em andamento algumas tratativas com o Centro de Experimentação e Segurança Viária – CESVI BRASIL, no sentido de serem estabelecidas parcerias para realização de trabalhos conjuntos. Principalmente na elaboração de cursos e na certificação de empresas na área de blindagem de veículos. Foi informado ainda que, após considerações sobre as reais intenções e possibilidades que envolvem o assunto, a Diretoria Plena decidiu fazer uma visita ao CESVI para tratar, “in loco”, do assunto com o Sr. José Aurélio Ramalho, Diretor Executivo de Operações daquele Centro. Assim, foi determinado ao Secretário Executivo que tomasse as providências necessárias para a realização da referida visita.

g. Sede da ABRABLIN.

Foram comentadas as dificuldades que a administração da ABRABLIN vem encontrando para fazer enfrentar os gastos mensais. Dificuldades estas que agora serão agravadas pelo aumento do aluguel, que no presente mês passou para R\$ 8.000,00. E que, em função destas dificuldades a Diretoria Plena resolveu, na última reunião de 28/07 p. passado, deixar as atuais instalações em virtude deste alto custo do aluguel.

Foi solicitado a todos para que, dentro do possível, colaborem na busca de uma nova sede que deverá ter, em princípio, mais de 100 metros quadrados de área útil e um custo mensal que não ultrapasse R\$ 3.000,00.

4. ASSUNTOS ESPECÍFICOS DA CÂMARA

a. Correspondência para o Ministério do Trabalho.

Foi comentado que nada foi feito sobre o acerto da última reunião das Câmaras, para o fornecimento de dados por parte dos seus integrantes, para a elaboração de uma correspondência para ser enviada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Visava esta correspondência apresentar sugestões sobre quais seriam os segmentos de trabalhadores voltados para a segurança, que deveriam adotar o Colete à Prova de Balas como EPI.

Decisão: ficou acertado que a ABRABLIN iria procurar entrar em contato com o Sindicato das Empresas de Vigilância para propor a realização de um “workshop” em sua sede de modo a posicionar os empresários da área sobre a realidade do mercado de coletes a prova de balas.

b. Dúvidas Sec. Rec. MG sobre GOLDFLEX / ARAMIDA.

Foram comentadas as correspondências da Secretaria da Receita de Minas Gerais que tratam das dúvidas surgidas sobre estes dois materiais.

Foi comentada a necessidade de se preparar uma informação oficial da ABRABLIN sobre o assunto.

Decisão: ficou acertado que a ABRABLIN iria procurar entrar em contato com o Sindicato das Empresas de Vigilância para propor a realização de um “workshop” em sua sede de modo a posicionar os empresários da área sobre a realidade do mercado de coletes a prova de balas. ?????

c. Pesquisa sobre vendas de coletes.

O assunto voltou a ser tratado pelos integrantes da duas Câmaras e todos foram unânimes em aceitar que a ABRABLIN deveria procurar verificar junto ao Exército a possibilidade das informações desejadas serem fornecidas através da consulta aos mapas mensais das empresas fabricantes de coletes.

Decisão: ficou decidido que a ABRABLIN iria procurar entrar em contato com o Exército Brasileiro para verificar a possibilidade de ser concretizada a consulta aos mapas acima mencionados.

d. Dificuldades para a venda de coletes.

Foi comentada a dificuldade que existe para se concretizar uma venda de coletes para Prefeituras e outros órgãos de segurança. Isto porque todo e qualquer pedido deve passar por Brasília, para ser aprovado pelo COTer.

Decisão: ficou decidido que procuraríamos entrar em contato com o Exército Brasileiro para verificar a viabilidade de se simplificar o processo, de modo a torná-lo mais ágil.

e. Homologação de laboratórios.

Foi comentada a necessidade de o Exército homologar laboratórios especializados, em território nacional, para a realização de testes em coletes a prova de balas. Tal necessidade se justifica pelas considerações abaixo.

1) Esta se tornando muito comum que os interessados na aquisição de coletes a prova de balas, coloquem em seus editais de licitação a exigência da realização de testes balísticos complementares, a despeito do produto já ter sido aprovado pelo então Campo de Provas da Marambaia (CPrM), atual Centro de Avaliação do Exército (CAEx).

2) Tais testes complementares geralmente são realizados em laboratórios próprios dos clientes (p.ex: laboratórios das Polícias Estaduais) ou em laboratórios de seu interesse, os quais nem sempre cumprem as prescrições exigidas pelas normas de testes utilizadas pelo Exército.

3) Os resultados obtidos nos laboratórios acima considerados podem se apresentar totalmente distorcidos e trazer conseqüências irreparáveis, privilegiando ou prejudicando os fabricantes destes produtos.

4) Realizar estes testes complementares no Exército poderia ser uma boa solução, se não fosse o alto custo que o órgão do Exército encarregado de realizá-los tem cobrado pelos mesmos [Cerca de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), por teste]. Assim, não seria viável, tampouco aconselhável, onerar mais o fabricante, ou elevar o custo do produto, para pagar testes que regulamentarmente são desnecessários.

5) Seria interessante que os laboratórios que viessem a ser homologados pelo Exército, se distribuíssem por todo território nacional – pelo menos um, em cada Estado da Federação – de modo a facilitar e agilizar a realização destes testes complementares.

Decisão: ficou decidido que a ABRABLIN providenciaria uma minuta de carta a ser endereçada ao Exército (Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT) fazendo tal consulta. E posteriormente, se fosse o caso, seria marcada uma visita ao Exmo Sr Chefe do DCT para apresentação desta reivindicação.

General Paulo B. Pacheco

30/08/2005.